



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 398, DE 2015

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores.

**Autor:** Deputado Samuel Moreira

**Relator:** Deputado Índio da Costa

#### I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei nº 398, de 2015, que visa alterar as Leis nº 4.737/65 e nº 9.504/97 para instituir o sistema eleitoral majoritário uninominal para as eleições de vereadores em municípios com mais de 200 (duzentos) mil eleitores.

A proposta determina que os municípios com mais de 200 (duzentos) mil eleitores serão divididos em distritos eleitorais, sendo que a quantidade numérica desses distritos corresponderá ao número de vagas existentes na Câmara Municipal.

Ademais, o projeto confere aos Tribunais Regionais Eleitorais a competência para a definição formal dos distritos, que serão fixados com base nos critérios da contiguidade territorial e igualdade do voto, bem como nos termos de regulamento expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Entre as diretrizes legais para a constituição dos distritos estabelece que a diferença numérica entre o contingente eleitoral do distrito mais populoso e do menos populoso não poderá exceder 5 % (cinco por cento), no mesmo município.

De acordo com a proposta, o partido ou coligação poderá registrar apenas um candidato a vereador por distrito eleitoral e não será destinado tempo de rádio e televisão para os concorrentes ao pleito do legislativo municipal, dos municípios com mais de 200 mil (duzentos mil) eleitores.

Por fim, o texto dispõe que para a aplicação do sistema majoritário nas eleições municipais de 2016, a constituição dos distritos eleitorais deverá ser regulamentada até o prazo a que se refere o art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, qual seja, até dia 05 de março do ano corrente da eleição.

Ressalta-se que a eleição para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais dos municípios com até 200.000 (duzentos mil) eleitores continuará obedecendo ao princípio da representação proporcional.

O autor justifica sua proposição fazendo menção ao projeto de Lei do Senado, de autoria do senador José Serra, que possui igual teor. Nesse sentido, subscreve a justificativa originalmente apresentada e entre os principais pontos, assevera que “As instituições políticas tem sido alvo crescente de críticas veiculadas pela imprensa, por analistas especializados e pelo público em geral.” Acrescenta ainda que há uma crise de representatividade e que a solução para tal crise passa pela revisão do sistema eleitoral, pois a forma de escolha dos candidatos “é parte essencial do jogo democrático” e, “escolher as melhores regras para o sistema eleitoral e corrigir seu mau funcionamento é primordial”.

A matéria foi distribuída tão somente à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para que esta se manifeste em relação aos aspectos



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e também, profira parecer sobre o seu mérito.

A proposta tramita em regime de prioridade e está sujeita à apreciação do plenário.

É o relatório.

### **II - VOTO DO RELATOR**

Iniciando o exame da proposição pelos aspectos formais, relativos à competência legislativa, à iniciativa parlamentar, e à espécie normativa empregada, conclui-se que a proposição não apresenta vícios constitucionais que possam obstar sua aprovação, uma vez que está em consonância aos artigos 22 inciso I, 48 caput, e 61 caput, todos da Constituição Federal.

Neste ponto, destaca-se que, para eleição de vereador o sistema eleitoral vigente está disciplinado no Código Eleitoral e, portanto, pode ser alterado mediante legislação ordinária.

Não há qualquer reparo quanto à juridicidade da matéria, dado que o projeto não viola aos princípios maiores que informam o ordenamento jurídico, harmonizando-se ao conjunto de normas que compreendem o direito positivo.

No tocante à boa técnica legislativa, ressalta-se que a proposição encontra-se consoante os ditames da Lei Complementar nº 95/98 que editada em atendimento ao artigo 59 parágrafo único, da Constituição Federal, dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao mérito do projeto, insta mencionar que a proposta é oportuna e meritória.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Imperioso destacar que, mais do que nunca, a sociedade reclama por uma reforma política que aperfeiçoe o processo eleitoral vigente, de modo a torná-lo mais transparente e eficaz.

Ao implantar o voto distrital nas grandes cidades brasileiras busca-se a simplificação do processo eleitoral e a melhoria nos instrumentos de representação. Cumpre assinalar que o referido sistema também facilitará os mecanismos de escolhas do eleitor, que, diante um cenário mais transparente e racional, terá maior consciência de seu voto.

É certo, que neste universo eleitoral, dividido em distritos, se evidencia uma incontestável aproximação entre o representante e o seu eleitor que, por sua vez, poderá fiscalizar de maneira mais próxima e efetiva o trabalho do vereador do seu distrito.

Por outro lado, a adoção do sistema eleitoral majoritário contribuirá para a redução dos custos de financiamento de campanha uma vez que o candidato limitar-se-á a realizar a campanha apenas no distrito e não em todo o município.

Além da diminuição do tamanho da circunscrição eleitoral, outro fato que incidirá no barateamento das campanhas é a incontroversa redução do número de candidatos, vez que cada partido poderá registrar apenas um por distrito, racionalizando o processo eleitoral.

Acrescente-se ainda que este sistema propicia uma estimável economia dos gastos eleitorais e, por consequência, a diminuição da influência do poder econômico no resultado do pleito. De acordo com dados explanados pelo senador José Serra, autor do projeto que inspirou a presente proposta, a redução dos custos de financiamento de campanha está estimada em mais de R\$ 5 bilhões de reais, tendo em vista a diminuição do tamanho da circunscrição eleitoral e a queda do número de candidaturas.

Diante o exposto, pode-se concluir que são inegáveis os benefícios auferidos pela dinâmica desse modelo eleitoral. Nessa perspectiva,



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

a aplicação do voto distrital para eleição de vereadores em municípios com mais de 200 mil eleitores constituirá uma experimentação democrática para que a população vivencie a experiência de um sistema eleitoral diverso, avaliando sua pertinência.

Finalmente, cabe anotar que, em que pese o mérito da proposição, a extinção do horário eleitoral gratuito de propaganda de rádio e televisão para os candidatos a vereador, nos municípios que a proposta se refere, não merece prosperar.

A propaganda eleitoral é um recurso garantido pela legislação brasileira para que os candidatos possam ser vistos e ouvidos pelos eleitores, não sendo juridicamente razoável estabelecer desigualdade entre os candidatos a vereador pelo sistema que a proposta estabelece e todos os demais candidatos. Ademais, entende-se que a proposta fere o princípio da autonomia dos partidos políticos visto que, compete a eles, nos termos da regulamentação eleitoral, disporem sobre o uso do tempo de rádio e televisão.

Por tal razão, apresento emenda que visa suprimir o inciso VIII do §1º do art.47 da Lei nº 9.504/97, disposto no artigo 2º do presente projeto.

Em face o exposto e pelas precedentes razões, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 398, de 2015, e no mérito, pela sua aprovação, com emenda supressiva em anexo.

Sala da Comissão, em    de abril 2015

Deputado Indio da Costa

Relator



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 398, DE 2015**

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores.

### **EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o inciso VIII do §1º do artigo 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, acrescido nos termos do artigo 2º do Projeto de Lei nº 398/2015.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Comissão, em      de abril 2015

Deputado Indio da Costa

Relator